

Integração militar na AL é negada por Planalto e Itamaraty

Idéia tinha sido lançada por Dirceu no domingo durante seminário em Campos de Jordão

BRASÍLIA – O ministro-interino das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, e o assessor para Assuntos Internacionais da Presidência, Marco Aurélio Garcia, disseram ontem que a política externa do atual governo não tem o objetivo de “se contrapor” aos Estados Unidos. “As relações do Brasil com os Estados Unidos nunca estiveram tão boas, a despeito dos contenciosos, que sempre existiram e que ganharam visibilidade neste momento crucial das negociações”, disse Garcia, para quem há certa “obsessão” em torno de possíveis choques entre os dois países.

A afirmação foi uma iniciativa conjunta, do Palácio do Planalto e do Itamaraty para contornar o mal-estar gerado pelas declarações feitas no domingo pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, em defesa de uma integração militar da América Latina, para se evitar a ocupação da região pelos Estados Unidos. A entrevista de Dirceu já havia sido contestada também pelo ministro da Defesa, José Viegas.

“A política externa do governo não foi construída com a idéia de competição, de concorrência ou de contraponto aos Estados Unidos”, defendeu Pinheiro Guimarães, cujos textos acadêmicos sempre apontaram com desconfiança as ações e projetos do governo americano para a região. Tanto o chanceler-interino quanto o assessor de Lula argumentaram que a cooperação do Brasil com os seus vizinhos na área de segurança é antiga e será aperfeiçoada sem pressa.

Explicação – Antes da entrevista dos dois, José Dirceu empenhou-se em esclarecer a declaração sobre integração militar da América do Sul, voltando a defender “a integração econômica, social, cultural e política dos países da América do Sul e não a integração militar, de Forças Armadas”, como foi entendido da palestra que fez em Campos de Jordão (SP), no IV Foro Iberoamérica.

“Nós temos de pensar em um Parlamento, em políticas macroeconômicas, em uma moeda única. Temos de pensar grande, como a União Européia. E o Brasil e a Argentina jogam um papel importantíssimo nisso”, disse ele, ressaltando que não há disposição do governo brasileiro de propor que as Forças Armadas trabalhem conjuntamente na América do Sul. “Esse assunto não está na agenda do governo e o que eu fiz, foi uma palestra acadêmica, uma reflexão. O que se pode pensar em termos de integração, que já existe, das Forças Armadas e das Polícias, é para combater o narcotráfico e o crime organizado, e para segurança do nosso continente”, acrescentou.

O ministro esclareceu ainda que quando tratou, em sua palestra, da questão da Colômbia, que está enfrentando sérios problemas com a guerrilha e que tem recebido ajuda financeira norte-americana para o combate ao narcotráfico, disse apenas que é preciso haver integração com aquele País, “o que é óbvio”. E completou: “Outra questão é a discussão da Colômbia, na guerra civil na Colômbia, da paz na Colômbia e da Amazônia. E a única coisa que quero deixar bem claro é que eu não falei dos dois assuntos (Colômbia e integração) ao mesmo tempo”.

Indagado se o debate sobre ampliar o poderio das Forças Armadas não geraria o temor de uma corrida armamentista na região o ministro negou.

“Nenhum temor. Tudo vai ser feito num diálogo, numa discussão dentro das Américas, incluindo os Estados Unidos. Não existe esta hipótese”.